

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, reuniu-se na Sala de Reuniões do GGIM no Palácio Municipal 14 de julho, localizado na Avenida Expedicionário Weber, 2983, Cruzeiro, nesta cidade, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, coordenado pelo presidente Senhor Quim Fernando Massotti e com a presença dos conselheiros titulares: Quim Fernando Massotti, Marcos Cartana, Edelberto Ginder, Kleiton Saggin, Cristiane Loebens, Rodrigo Bruno Santolin, Frederico Batistella e Juliana Meller e dos Conselheiros Suplentes: Francieli Werlang Puhl, Luis Carlos Martins e Carine Zambonato e demais presentes: Paulo Rogério Antonioli, Alonso Moscon, João Batista Corim da Rosa, Jauro Rosa do Nascimento, Paulo Portolon, Caroline Schreiner, Mariane Kryszezum, Jorge Viana, Apolos Campos, Leila Isabel Leite Piekala, Kamilla Pacheco, Dafni de Melo, Daniela Chapoval, Francieli Mariane Johns, Kellen Vianna e Lucas Limberger. Às 17:05h o presidente Quim procedeu a abertura dos trabalhos e solicitou à secretária Francieli que fizesse a leitura do edital de convocação 06/2018 e em seguida, colocou em aprovação a ata da reunião ordinária de julho de 2018 a qual foi aprovada sem ressalvas. Seguindo com a reunião, Quim justificou a ausência da conselheira Cris Kurylo. O presidente continua a reunião anunciando o Fórum Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de 2018 que neste ano serão apresentados os principais objetivos traçados no Plano de Resíduos Sólidos e no Plano de Drenagem Urbana do Município, assim como as obras e investimentos realizados pela CORSAN desde a assinatura do novo contrato em 2009. De imediato, o presidente passa a palavra para o geólogo Alonso, servidor do município que irá apresentar o Plano de drenagem Urbana do Município. Alonso se apresenta e apresenta os principais dados do estudo realizado no município. Comenta que foram dadas 4 opções de solução para as questões de drenagem pluvial e inundações no município. Comenta que a principal ação que foi escolhida foi a criação de bacias de retenção e de barragens para o escoamento das águas, onde foram separadas 16 áreas ao longo dos dois principais recursos hídricos de nossa cidade, que serão de suma importância para o planejamento do crescimento de nossa cidade. Comenta que dessas 16 áreas, três foram escolhidas para que sejam feitos os projetos executivos das obras, pois o município não tem valores para todas. A escolha foi feita de forma técnica pelo setor de engenharia e geologia do município. A partir de quando possuir os projetos executivos, o município terá de procurar recursos para executá-los. Quim Comenta também que seria útil que essas 16 áreas fossem decretadas como de utilidade pública, pois ficariam protegidas de quaisquer intervenções possíveis, o que foi aprovado por todos os conselheiros presentes como sugestão do CONSEMMA ao município. Dando sequência à reunião, o presidente passa a palavra para as servidoras Francieli e Mariane para apresentarem as definições do Plano Municipal de Resíduos Sólidos. As servidoras apresentam o estudo realizado, algumas características de nossos resíduos e comentam que o plano sugere que seja feita uma central de triagem no município, como uma das principais ações a serem realizadas nos próximos anos. Após o término da apresentação, o presidente Quim comenta que há recursos do Ministério das Cidades para elaborar o projeto executivo da Central de Triagem, e que o termo de referência já foi feito e enviado para aprovação. Sendo aprovado, será licitado pelo município. Dando sequência à reunião, o presidente passa a palavra para João Corim, superintendente regional da CORSAN, que apresenta as obras e investimento realizados pela estatal desde a renovação do contrato em 2009. Corim fala das dificuldades de ser um órgão público e como isto causa morosidade para que as obras previstas e as licitações sejam realizadas. Comenta que o contrato foi assinado a partir do Plano de Saneamento e que as metas devem ser seguidas. Fala que foram vários milhões investido em Santa Rosa nos últimos anos, na modernização da lagoa de tratamento de efluentes que está apta a receber o esgoto de cem mil pessoas, em caixas de água construídas, inclusive na terceira mais alta do estado, também fala dos valores envolvidos na nova estação de tratamento de água do bairro Cruzeiro, que já devia ter sido entregue mas que está tendo grande morosidade por parte dos terceirizados. Apresenta os investimentos feitos pela CORSAN na rede cloacal e o mapa de onde passa a rede em Santa Rosa – RS, comenta que está sendo entregue nova etapa com mais de 3 mil ligações a serem realizadas e fala também da Resolução da AGERGS que projeta o pagamento do esgoto pela simples disponibilidade do mesmo, ou seja, se o esgoto passa na residência, mesmo que a economia não se ligue, deverá pagar o serviço por estar disponível, contudo esse recurso vai pra AGERGS e o interessante é que as pessoas façam suas ligações para que os valores arrecadados fiquem em Santa Rosa e sejam investidos em ações em nossa cidade. Daniela comenta sobre o problema das bombas de esgoto, Corim fala que atinge em torno de 30% das pessoas, que é de difícil solução. Quim comenta que conforme as pessoas que podem forem se ligando, os recursos podem ser utilizados para o governo subsidiar as pessoas de baixa

renda nessas ligações problemáticas. Aproveitando a apresentação de Corim, Quim comenta que o contrato da CORSAN deve ser revisto, tem alguns itens que devem ser alterado, contudo, isso só é possível se o Plano de Saneamento do Município estiver válido. O Plano foi feito em 2010 e devia ter sido atualizado em 2014, mas o governo federal deu prazo de mais um anos para os municípios. Assim, desde 2015 o município vem tentando abrir licitações para a contratação de empresas para realizar a atualização do Plano. Contudo, o Plano foi elaborado por professores da UFRGS, doutores especializados na área, e o município solicita no procedimento licitatório, que se tenha vasta experiência na área para que se mantenha a qualidade do Plano inicial realizado. Porém, várias empresas entraram com impugnação dos editais, alegando que o município está direcionando a licitação e dessa forma esse pleito vem se estendendo. Em conversa com a Procuradoria Jurídica do Município, Quim foi informado que justificando com clareza, poderá ser recontratada a UFRGS de forma direta por dispensa de licitação e dessa forma, o município conseguirá atualizar o plano de forma ordeira e qualificada. Contudo, a UFRGS demora em torno de 12 à 14 meses para entregar o novo plano atualizado, enquanto isso, para que a sociedade não sofra nenhum transtorno, pois o Plano é necessário até mesmo para a obtenção de recursos federais, Quim sugere que esta Audiência Pública, decida por revalidar o atual Plano de Saneamento do Município, pelo período de 24 meses, para que dê tempo do município contratar e realizar a atualização do Plano de Saneamento, sem que a sociedade seja atingida de forma direta. Dessa forma, Juliana Meller, comenta que acredita ser essa a melhor solução para o caso, colocada a pauta em votação, os presentes aprovam a revalidação do Plano de Saneamento do Município de Santa Rosa pelo período de 24 meses até que a atualização esteja realizada, com a única ressalva de que o Plano seja passível de ser realizado financeiramente e não seja somente um estudo que na prática não se consiga executar, conforme sugestão do superintendente da CORSAN, João Corim. Seguindo com a reunião, em assuntos gerais, o presidente informa aos conselheiros que as servidoras Ana Paula, Francieli e Cristiane estarão participando nos próximos dias do Fórum Gaúcho de Arborização Urbana. Seguindo com a reunião, o presidente diz ter sido procurado por Juliana, da ONG Terra Verde, sobre a possibilidade da ONG estar gerindo uma área de reflorestamento e com isso fazendo estudos e análises para o futuro, porém, para isso precisariam de uma área a ser sugerida pelo município. Quim comenta que pensa então que este Conselho poderia, através do Fundo de Meio Ambiente, adquirindo uma área para ser feita uma Floresta Municipal, comenta que muitas pessoas necessitam fazer compensação florestal de mudas, mas isso não fica uma coisa sincronizada, pensa que se tivéssemos uma área para concentrar os plantios, seria muito benéfico para nosso meio ambiente. Comenta que para isso, precisa ser criada uma conta específica para que o Fundo adquira uma área de terra para essa pauta. Colocada em votação, os conselheiros presentes aprovam a criação da conta para aquisição de área de terra para projeto de Floresta Municipal. Dessa forma, no ano de 2019 será discutida a compra da área de terra, valores e locais junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nada mais tendo para tratar, às 18:52h, o presidente Quim dá por encerrada a reunião. Essa ata vai assinada pela secretária do CONSEMMA, Francieli Werlang Puhl e pelo Presidente, Quim Fernando Massotti

Quim Fernando Massotti

Francieli Werlang Puhl

Presidente

Secretária